



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 171/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0030510/2020-33

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI:17678220

PA COPAM Nº: 2752/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR:	Mineração Curimbaba LTDA	CNPJ:	23.640.204/0001-92
EMPREENDIMENTO:	Mineração Curimbaba LTDA - Mina Córrego das Amoras I	CNPJ:	23.640.204/0001-92
MUNICÍPIO(S):	Poços de Caldas	ZONA:	Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-02-07-0	Produção bruta: 2.000 t/ano	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	2	0
CÓDIGO:	PARAMETRO:	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):		

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Luiz Renato Musa Machado, Engº Florestal		CREA-MG 39499	
Renato Carretero Tonon, Engº Agrônomo		CREA-MG 5061431821	
Carlos Eduardo Silva Melo, Engº de Minas		CREA-MG 213422	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Natália Cristina Nogueira Silva Gestora Ambiental		1.365.414-0	
De acordo: Fernando Baliani da Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.374.348-9	



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Cristina Nogueira Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 31/07/2020, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Diretor(a)**, em 31/07/2020, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17675167** e o código CRC **248C3CC4**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030510/2020-33

SEI nº 17675167



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 171/2020

A empresa Mineração Curimbaba Ltda. atua no ramo de mineração, exercendo suas atividades no município de Poços de Caldas e região. Em 22/07/2020, foi formalizado via Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 2752/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), visando obter autorização para extração de argila refratária na **Mina Córrego das Amoras I**, em área no interior da poligonal ANM nº 830.493/2002, na Fazenda Cocal, zona rural do município de Poços de Caldas/MG.

A atividade de “Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rocha ornamentais e de revestimento” (código A-02-07-0) é considerada como médio potencial poluidor, e com uma produção bruta de 2.000t/ano, é considerada de pequeno porte, enquadrando-se na classe 2.

Conforme artigo 20 da DN COPAM 217/2017, não é admitida para a atividade de “Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento” na modalidade LAS/Cadastro, justificando a adoção de procedimento de licenciamento ambiental simplificado instruído com Relatório Ambiental Simplificado - RAS

Apesar de localizado em área de Extrema prioridade para conservação, foi informado que não haverá supressão de vegetação nativa. Assim, não foi considerada a incidência de critério locacional.

Também está localizado em área de Segurança Aeroportuária, conforme LEI nº12.725/2012, do Aeroporto Embaixador Walther Moreira Salles, município de Poços de Caldas. Porém, tal atividade não é considerada atrativa da fauna que causem problemas a aviação.

Consta como documento anexo ao processo a declaração de conformidade emitido pela prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Salientamos que a área não se encontra na Zona de Preservação Permanente – ZPP do município de Poços de Caldas, conforme Lei Complementar nº 74, que dispõe sobre a revisão do plano diretor do município definida pelo município.

O empreendimento foi caracterizado como possuindo uma área total de 2,63ha e são requeridas 2 frentes de lavra para extração de argila que somam 0,39ha. Com as áreas de estrada, já existentes, a área diretamente afetada atinge 0,49ha. Foi informado que a extração ocorrerá na Fazenda Cocal, com 682,3661ha de área total, e 101,7563ha de Reserva Legal, conforme dados obtidos no CAR.

Foi apresentado o CAR MG-3151800-BAE6974F621648F58F063313F6A52D5C, referente a Fazenda Cocal. Conforme registro no SICAR, a propriedade tem 10 proprietários, dentre os quais Ernesto Carvalho Dias, e é composta pelas matrículas 50.211 e 52.586. O empreendedor apresentou Termo de Anuência no qual Ernesto Carvalho Dias autoriza a empresa a desenvolver as atividades minerárias em sua terra.

Mediante projeção dos arquivos *shapefile* encaminhados pelo empreendedor e anexo ao processo administrativo, juntamente com o *software Google Earth* e informações obtidas no SICAR, foi verificado que a fazenda, bem como a poligonal ANM encontram-se na divisa dos estados de MG e SP, mas os corpos de minério (área diretamente afetada – ADA) estão integralmente no estado de MG e a vegetação sobre o qual ela se projeta é de eucalipto.



Imagem 1: Em vermelho, limite da poligonal ANM 830.493/2002; em branco, limite da propriedade Fazenda Cocal; em amarelo os corpos de minério; em verde, a Reserva Legal do imóvel; em azul, divisa dos estados SP e MG; em marrom, propriedade Campo dos Cocais, não declarada nos estudos.

Porém, como é possível ver pela imagem 2, parte da área requerida (aproximadamente 613 m²), representada nos estudos como “corpo de minério”, extrapolam os limites da propriedade Fazenda Cocal. Na figura 2, o polígono marrom representa a propriedade não informada nos estudos. Conforme informações obtidas no SISEMANET referente ao CAR, trata-se da propriedade denominada Campo dos Cocais, inscrição no CAR n° MG-3151800-3CCD.CF22.4FB1.498D.BDDD.246C.9413.0633, matrícula 73514, de propriedade de Rubens Granato. Não consta nos documentos anexos ao processo do SLA, o CAR, matrícula, e o Termo de Anuência referente a esse imóvel. **Portanto, não é autorizado por este parecer as atividades de extração no interior da propriedade Campo dos Cocais, matrícula 73514, mas somente na propriedade Fazenda Cocal, matrículas 50.211 e 52.586, no qual consta anuência do proprietário. Assim, a ADA autorizada neste parecer é de 3287m².**



Imagem 2: Em vermelho, limite da poligonal ANM 830.493/2002; em verde claro, poligonal ANM 830.493/2002 declarada no processo; em branco, limite da propriedade Fazenda Cocal; em amarelo os corpos de minério; em rosa, estradas; em marrom, propriedade Campo dos Cocais, não declarada nos estudos.

O empreendedor encaminhou arquivos shapefile referente aos corpos de minério, estradas, reserva legal e poligonal ANM. Nota-se pela imagem 2 que a poligonal apresentada nos estudos (verde claro) é menor que a poligonal obtida no site oficial da ANM (polígono vermelho). O primeiro, possui 2,63ha, enquanto o segundo, 10,71ha. O empreendedor apresentou “Requerimento de redução da Poligonal” apresentado ao DNPM, no qual solicita a redução da poligonal para 2,63ha, mas até o momento, conta no sistema oficial a poligonal ANM 830.493/2002 com área de 10,71ha.

A extração de argila é desenvolvida a céu aberto, em bancadas, com desmonte mecânico, sendo a produção bruta de 225 ton/mês, 9 meses por ano, resultando em uma produção bruta anual de 2.000 ton. A vida útil da jazida é de 3 anos e as atividades serão sazonais, com paralisação de 3 meses devido a maior incidência de chuva. A extração e carregamento do minério são feitas em uma única operação por retroescavadeiras, diretamente nos caminhões que farão o transporte para as unidades industriais,

Na lavra/extração de argila refratária não há geração de estéril, e o material não aproveitável é colocado novamente nas cavas para preenchimento e reconformação do terreno ao final da extração. Por outro lado, o capeamento de solo orgânico removido na fase de implantação da frente de lavra é mantido próximo às cavas de extração, para utilização no processo de reabilitação/revegetação da área.



Em observância a Deliberação Normativa Copam 220/2018 e Instrução de Serviço 07/2018, a Supram Sul de Minas determina que seja apresentado PRAD sempre que atingir o esgotamento ou que houver a desistência de operar uma determinada frente de lavra.

Foi informado no RAS que, antes da abertura das frentes de lavra, são implantadas canaletas e bacias de sedimentação à montante e jusante da área a ser minerada para retenção e infiltração da água de chuva. Também foi informado que as cavas são projetadas de maneira a propiciar a retenção de água de chuva e os acessos internos possuem bacias de sedimentação e são umectados nos períodos de estiagem para controle da geração de poeira.

Os resíduos sólidos são de natureza doméstica, como restos de alimentos e recipientes utilizados para alimentação dos funcionários, e eventuais panos e estopas contaminados com óleos e graxas (Classe I), cujo armazenamento temporário se dará de forma segregada em tambores plásticos e posteriormente enviados à unidade industrial da empresa, de onde serão encaminhados à destinação final.

Os efluentes líquidos de origem sanitária serão gerados nos banheiros químicos e periodicamente enviados para tratamento na ETE da unidade industrial. A água a ser consumida pelos funcionários será proveniente de galões de água obtidos no comércio local.

As emissões atmosféricas geradas pelo tráfego de veículos e maquinário serão controladas através de aspersão de água por caminhão-pipa, a ser captada na unidade industrial (Portaria de Outorga nº 2137/2017 com validade até 24/05/2027, no âmbito do processo de outorga nº 29292/2016).

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento **Mineração Curimbaba LTDA - Mina Córrego das Amoras I, na poligonal ANM 830.493/2002, para as áreas requeridas apenas no interior da propriedade Fazenda Cocal, matrículas 50.211 e 52.586, excetuando-se as áreas no interior da propriedade Campo dos Cocalis, matrícula 73514**, para a atividade de "Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento", código A-02-07-0, no município de **Poços de Caldas**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para LAS de Mineração Curimbaba LTDA - Mina Córrego das Amoras I

Item	Descrição da Condicionante	Prazo ^[1]
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da LAS.

^[1] Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado; Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da LAS de Mineração Curimbaba LTDA - Mina Córrego das Amoras I

1. Resíduos Sólidos.

Monitoramento	Prazo
Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre.	Conforme Art. 16 da Deliberação Normativa Copam nº. 232/2019.

IMPORTANTE

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.